

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3405/2018-PGJ, DE 8.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan 1 (um) dia de férias remanescentes, referente ao período aquisitivo 2010/2011, a ser usufruído no dia 16.10.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3406/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 24 e 25.9.2016, a serem usufruídos nos dias 17 e 18.10.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3407/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 23 a 30.7.2018, a serem usufruídos nos dias 6 e 7.12.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3403/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 15 (quinze) dias de férias compensatórias, sendo 5 (cinco) dias referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2008 a 6 de janeiro de 2009 e 10 (dez) dias referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2014 a 6 de janeiro de 2015, a serem usufruídos nos períodos de 15 a 19.10.2018 e de 10 a 19.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3404/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Adriano Lobo Viana de Resende	2017/2018	20	18.10 a 6.11.2018
Ricardo Rotunno	2017/2018	30	15.10 a 13.11.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3408/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para participar do evento “30 Anos de Constituição Federal: Desafios Constitucionais de Hoje e Propostas para os Próximos 30 Anos”, que será realizada nos dias 5 e 6.11.2018, em Brasília/DF.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3409/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 22 e 23.10.2016, a serem usufruídos nos dias 29 e 30.11.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3412/2018-PGJ, DE 9.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros a participar do “Gartner Symposium/ITxpo 2018”, que ocorrerá no período de 22 a 25.10.2018, em São Paulo/SP.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3411/2018-PGJ, DE 9.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 2198/2018-PGJ, de 28.6.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao segundo semestre de 2018, de forma que:

• onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
5 (18h01min) a 12.11.2018 (7h59min)	Luz Marina Borges Maciel Pinheiro
19 (18h01min) a 26.11.2018 (7h59min)	Plinio Alessi Junior

• passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
5 (18h01min) a 12.11.2018 (7h59min)	Plinio Alessi Junior
19 (18h01min) a 26.11.2018 (7h59min)	Luz Marina Borges Maciel Pinheiro

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3410/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Declarar vago, a partir de 19 de setembro de 2018, o cargo de Técnico II, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, ocupado por Lucas Eduardo de Souza Nossa, em virtude de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 56, inciso VI, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Processo PGJ/10/3489/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3359/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maisa Taylã Ferreira Galeano Damasceno, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Ponta Porã e designada para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na 8ª Promotoria de Justiça de Dourados, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 9ª Promotoria de Justiça da última Comarca, no período de 1º a 10.10.2018, durante as férias da servidora Aline Silva de Azevedo Cavalcante.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3397/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no período de 8 a 10.10.2018, em razão de férias da titular, Helena Rocha Rodovalho.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3398/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Fernanda da Silveira Corrêa Brescianini, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 14.9.2018, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213/91, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6.5.1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3399/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 1º a 10.10.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 25/2018/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000914-2 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000267-9** - 57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública - Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Aero Itália. (Migrado para o SAJMP - IC nº 11/2015). **3) Inquérito Civil nº 06.2016.00001037-1** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Robson Xaves de Matos - MEI - Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade, consistente na poluição sonora e a perturbação do sossego produzido pelo empreendimento denominado Bar Mattos, localizado na Rua Balbina de Matos, nº 1478, em Dourados/MS, e demais estabelecimentos vizinhos. **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000238-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Glória de Dourados - Requerente: Paula Vogarim Torres - Requerido: Vanderlei dos Santos Nascimento - Assunto: Apurar a responsabilidade e promoção das medidas judiciais e extrajudiciais eventualmente necessárias decorrentes da poluição sonora produzida pelo estabelecimento comercial denominado “KBCEIRA BAR”. **5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000585-4 (Sigiloso)** - 50ª Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Campo Grande. **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000103-6** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Proprietário do estabelecimento “Brutus Show Bar” - Assunto: Apurar denúncia de poluição sonora e perturbação da tranquilidade, supostamente provocadas pelo estabelecimento denominado Bruto Show Bar. **7) Inquérito Civil nº 06.2018.00001026-8 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina. **8) Inquérito Civil nº 06.2018.00001530-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Arthur Luiz Pádua Marques - Requerido: Município de Paranaíba - Assunto: Aferir se a área em que será construído o aterro sanitário está dentro das exigências legais de distância mínima necessária de nascentes, rios e zona urbana do município de Paranaíba/MS. **9) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001681-8 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **10) Inquérito Civil nº 06.2018.00002125-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Firmino Miranda Cortada Filho - Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, bem como a regularização jurídico-ambiental das propriedades denominadas fazendas Braunal e Reata, localizadas às margens do Rio Apa. **11) Inquérito Civil nº 06.2018.00000011-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jocildo Rosa Figueiro - Assunto: Apurar a regularização ambiental do imóvel objeto da ficha cadastral 0223 SOS Rios. **12) Inquérito Civil nº 06.2018.00000020-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Maria Kikue Sakamoto - Assunto: Apurar a regularização ambiental do imóvel objeto da ficha cadastral 0170 SOS Rios. **13) Inquérito Civil nº 06.2018.00000021-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Danies Biazzi - Assunto: Apurar a regularização ambiental do imóvel objeto da ficha cadastral 0166 SOS Rios. **14) Inquérito Civil nº 06.2018.00000313-4 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti. **15) Inquérito Civil nº 06.2018.00000327-8** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Zélia Dantas Assis e outro - Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel urbano denominado Chácaras Bacuri (lote 44), localizado no município de Dois Irmãos do Buriti, onde consta como proprietária a pessoa de Zélia Dantas Assis e outro. **16) Inquérito Civil nº 06.2018.00000330-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Gutemberg Judson Salgado - Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel urbano denominado Loteamento Jardim Correntes (lotes 06, 07, 10, 18 e 20), localizado no município de Dois Irmãos do Buriti, onde consta como proprietário a pessoa de Gutemberg Judson Salgado Machado. **17) Inquérito Civil nº 06.2018.00000331-2** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Jucemar Carlos de Souza e outro - Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel urbano denominado Distrito de Palmeiras - Lote Urbano nº 1K e 1J, localizado no município de Dois Irmãos do Buriti, onde consta como proprietário a pessoa de Jucemar Carlos de Souza e outra. **18) Inquérito Civil nº 06.2018.00000355-6 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de

Dois Irmãos do Buriti. **19) Inquérito Civil nº 06.2018.00000380-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual- Requerido: Enio Henrique De Barros - Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel urbano denominado Lote 13, localizado no município de Dois Irmãos do Buriti, onde consta como proprietário a pessoa de Enio Henrique de Barros. **20) Inquérito Civil nº 06.2018.00000627-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerentes: Ministério Público Estadual e a Polícia Militar da Florestal - Requerido: Benjamim Pereira - Assunto: Apurar desmatamento em área de preservação permanente (mata ciliar), localizada às margens do Rio Aquidauana (Loteamento Chácara das Palmeiras). **21) Inquérito Civil nº 06.2017.00000898-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar representação acerca de possível irregularidade em contrato firmado pelo Município de São Gabriel do Oeste, no âmbito do SFH - programa carta de crédito associativa FGTS MCMV - empreitada global (contrato nº 855553789819), para financiamento de imóveis pela Caixa Econômica Federal. **22) Inquérito Civil nº 06.2018.00000727-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Glória de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Paulo Fernandes - Assunto: Apurar possíveis danos ambientais em consequência de desmatamento ocorrido na propriedade rural de Paulo Fernandes, localizada neste município de Glória de Dourados/MS. **23) Inquérito Civil nº 06.2015.00000243-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Luiz Carlos Seibt e Valdir José Zorzo - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na propriedade fazenda Agropecuária Paquetá, bem como apurar a observância às regras ambientais relativas à instituição de área de reserva legal e conservação das áreas de preservação permanente. **24) Inquérito Civil nº 06.2017.00000827-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo pelo Secretário Municipal de Educação, em virtude da nomeação de Thais Regina Cavalheiro Sanches para o cargo em comissão de Gerente de Cultura, mesmo sendo a esposa do atual secretário Jayme Evandro Sanches. **25) Inquérito Civil nº 06.2017.00001053-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: investigar possível lesão à saúde dos acadêmicos e servidores do campus da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul de Ponta Porã em razão de irregularidades sanitárias na qualidade da água disponível para o consumo. **26) Inquérito Civil nº 06.2017.00001420-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerentes: Juizado Especial Adjunto Cível de Ponta Porã e o Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar violação do Edital PMPP/FAPEMS 001/2015 relativamente à previsão inserta no item 16.1 em que regula a forma de chamamento dos aprovados no certame apenas por publicação no diário oficial do município. **27) Inquérito Civil nº 06.2018.00000279-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerentes: Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN-MS e o Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Apurar a integração do município de Deodápolis ao Sistema Nacional de Trânsito, passando a cumprir os deveres que lhes são impostos, em como averiguar a regularização das vagas de estacionamento em vias e espaços públicos, nos termos da Lei 12.587/2012. (Migração do Sistema CIC para o Sistema SAJMP - IC nº 03/2015). **28) Inquérito Civil nº 06.2017.00001285-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Celso Zachert - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado fazenda Cabeceira do Apa, município de Ponta Porã/MS. **29) Inquérito Civil nº 06.2018.00000538-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar à observância às normas urbanísticas e sanitárias por estabelecimento tipo depósito situado próximo ao Posto Divisa, bairro Vila Santa Ana, em Ponta Porã. **30) Inquérito Civil nº 06.2017.00000837-0** - Promotoria de Justiça de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jaqueline Ferreira - Assunto: Apurar a suposta irregularidade na licença sem remuneração concedida à professora Jaqueline Ferreira Fiaux, em desacordo com a Lei Municipal 415 e 418/2018. **31) Inquérito Civil nº 06.2017.00001294-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Kalil Mohamed Hazime Junior, Kamil Kalil Hazime e Tathyane Garcia Boeira Hazime - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado fazenda Fortuna, município de Ponta Porã/MS. - Programa SOS-RIOS. **32) Inquérito Civil nº 06.2017.00000177-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Leia Ferreira de Abreu - Requerido: Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - DETRAN/MS - Assunto: Apurar irregularidades relacionadas ao concurso público para o cargo de assistente de atividades de trânsito do Detran/MS. **33) Inquérito Civil nº 06.2017.00000400-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Daniel Ribas da Cunha - Requeridos: Marcileide Harteman Pereira Marques e Selso Luiz Lozano Rodrigues - Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa consistente em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de exoneração de servidores nomeados para ocupar cargos em comissão criados pela Lei Municipal nº 53/2014 em observância à decisão judicial proferida nos autos da Ação Popular nº 0801760-93.2014.8.12.0019 movida

em face do município de Antônio João. **34) Inquérito Civil nº 06.2016.00000526-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Gisele Coelho de Almeida Meireles - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades relacionadas a eventual desvio de função de cargo comissionado do Detran/MS em Nova Andradina/MS. **35) Inquérito Civil nº 06.2017.00001421-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcos Claudino Sorgato - Assunto: Investiga a violação às normas urbanísticas e ambientais especialmente com relação à prática de poluição sonora e uso abusivo do passeio público pelo estabelecimento comercial denominado Café Bambu. **36) Inquérito Civil nº 06.2018.00001111-2** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: apurar situação de risco sanitário advindo da inadequação e precariedade da guarda de veículos apreendidos no pátio do 2º Distrito Policial de Ponta Porã. **37) Inquérito Civil nº 06.2018.00001722-8** - Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Nioaque - Assunto: Apurar a falta de manutenção nas ruas da Avenida General Klinger e no trecho da rua Calógeras e travessa Eliane. (IC nº 29/2013 - migrado para o SAJMP). **38) Inquérito Civil nº 06.2018.00002435-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Santa Maria - Assunto: Apurar irregularidades ambientais no imóvel denominado fazenda Santa Maria em Bela Vista/MS - Originalmente apurados nos autos do IC 42/2016. **39) Inquérito Civil nº 06.2018.00000314-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Averiguar o atendimento dos requisitos mínimos para o adequado funcionamento da atenção básica (Portaria GM/MS nº 2.488/11), nas unidades básicas de saúde do município de Deodápolis. (Migração sistema CIC para SAJMP - IC nº 12/2013). **40) Inquérito Civil nº 06.2018.00002001-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Pelicano Aviação Agrícola Ltda. - Assunto: Apurar a regularidade das atividades da empresa Pelicano Aviação Agrícola, na comarca de Naviraí/MS. **41) Inquérito Civil nº 06.2017.00000516-1 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **42) Inquérito Civil nº 06.2017.00002111-7** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS, Josue da Silva Santos, Laudneia de Souza Santos, Zelia dos Anjos Santos Nunes - Requerido: Marcio de Paulla Ribeiro ME - Assunto: Apurar eventual contaminação do lençol freático nas adjacências da empresa Frigorífico Frigomar, praticado, em tese, pelo proprietário da referida empresa. **43) Inquérito Civil nº 06.2018.00000223-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Proprietários dos lotes, 212;214 e 215 do PA Indaiá - Assunto: Promover a correção de dano ambiental provocado em razão da ausência ou deficiência de curvas de nível nos lotes 212; 214 e 215 do Projeto de Assentamento Indaiá. **44) Inquérito Civil nº 06.2018.00001434-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Paranaíba/MS - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no que tange a contratos e pagamentos de serviços de quantias vultosas, a saber: R\$ 109.450,00 (Centos Nove Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais) pagos à CGP Consultoria em Gestão Pública e Privada S/C Ltda., e, R\$ 33.000,00 (Trinta e Três Mil Reais) destinados à empresa MKJ Assessoria Contábil Ltda.-ME, originado das diligências promovidas no Inquérito Civil nº 001/2016. **45) Inquérito Civil nº 06.2018.00002079-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Acompanhar a atuação do órgão ambiental em relação à recuperação das áreas que foram objeto de diagnóstico de propriedades ao longo do Rio Aquidauana, em relação às propriedades rurais em que não foram constatadas construções em área de APP. **46) Inquérito Civil nº 06.2018.00002082-2** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Objetivando acompanhar a atuação do órgão ambiental em relação à recuperação das áreas que foram objeto de diagnóstico de propriedades ao longo do Rio Aquidauana, em relação às propriedades urbanas em que não foram constatadas construções em área de APP (conforme tabela de fichas em anexo). **47) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002010-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Prefeitura Municipal de Paranhos e Rufino 7 Coli Ltda. EPP - Assunto: Apurar a licitude da licitação para aquisição de carne e refrigerante entre a Prefeitura de Paranhos e a empresa Rufino & Coli Ltda. EPP. Processo Administrativo nº 33/2017, Pregão Presencial nº 27/2017, Contrato Administrativo nº 58/2017. **48) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002350-8** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranaíba - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Loteamento São João do Aporé, no município de Paranaíba. **49) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002600-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: André Luís Bacala Ribeiro e André Luiz Bittencourt - Assunto: Apurar eventual ilegalidade e sobrepeso na construção de uma passarela de cimento entre a varanda e o gabinete do vereador R.V. **50) Inquérito Civil nº 06.2016.00001217-0** - 10ª Promotoria de Justiça da

Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar informações constante no ofício nº 0754/2016/11PJ/DOS, referente a instalação de Rede de Alta Tensão em bairros residências desta urbe, especialmente quanto aos impactos trazidos à saúde dos consumidores e medidas preventivas. **51) Inquérito Civil nº 06.2015.00000041-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Sonora e Fundação Educacional e de Saúde de Sonora - FUNESS - Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa cometidos no âmbito da Prefeitura Municipal de Sonora/MS. **52) Inquérito Civil nº 06.2015.00000205-6 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **53) Inquérito Civil nº 06.2018.00002552-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Maracaju - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente em doação irregular de bem imóvel público (terreno) ao particular José Ricardo Ifran. **54) Inquérito Civil nº 06.2016.00000207-1 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **55) Inquérito Civil nº 06.2018.00001898-2** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Escola Municipal William Tavares de Oliveira - Assunto: Apurar as más condições higiênico-sanitárias, físicas e estruturais do local, colocando em risco, desta feita, os alunos e funcionários que frequentam o estabelecimento de ensino Escola Municipal Willian Tavares de Oliveira. (IC 028/2015 Migrado para o SAJMP). **56) Inquérito Civil nº 06.2017.00000197-6 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **57) Inquérito Civil nº 06.2017.00001373-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ocorrência de poluição sonora promovida pelo empreendimento denominado “Mitto Pub Night & Bar da Mito”, localizado em Coxim/MS. **58) Inquérito Civil nº 06.2017.00001579-2** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Averiguar a existência de ações de prevenção e repressão por parte do município de Coxim, sobre os perímetros escolares desta cidade, objetivando garantir a tranquilidade de professores (funcionários), pais e alunos de modo a evitar o mau uso das escolas por parte de vendedores ambulantes e pessoas estranhas à comunidade escolar. **59) Inquérito Civil nº 06.2017.00000048-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Antonio Balbino de Almeida Junior, Karenn Ramsdorf Leonardo da Silva, Márcio Teles Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores - Assunto: Apurar eventual irregularidades relacionadas a eleição para presidente da Câmara Municipal de Deodápolis, no que se refere a compra de votos (denúncia relatada na manifestação de nº 11.2016.00003761-5, enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul). **60) Inquérito Civil nº 06.2017.00000563-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Deodápolis - Assunto: Apurar omissão da Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis, na alimentação do Portal da Transparência, em desacordo a Lei nº 12.527/2011. **61) Inquérito Civil nº 2/2011** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Olaria Base Sólida - Assunto: Apurar o funcionamento da olaria “Base Sólida”, localizada na BR 267, Km 248, nesta cidade, sem a documentação ambiental exigida. **62) Inquérito Civil nº 15/2009** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Valdir José Zorzo - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, eventual extração e depósito ilegal de madeiras de lei, eventuais danos ocorridos em razão da intervenção para alteração do curso d’água, destruição de mata ciliar considerada área de preservação permanente para a construção de 12 tanques para piscicultura e quiosque, sem licenciamento ambiental, bem como ausência de autorização ambiental para a atividade de aquicultura de engorda de peixe e camarão, na fazenda Amambai, neste Município de Nova Alvorada do Sul/MS. **63) Inquérito Civil nº 62/2014** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Pedro Favoreto Filho - Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocorrido na fazenda São Judas Tadeu, consistente na derrubada de árvores esparsas, sem autorização ambiental (8295092014-8). **64) Inquérito Civil nº 4/2016** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Auto Posto Cassilândia Ltda. - Assunto: Apurar eventual dano ambiental provocado pela empresa Auto Posto Central. **65) Inquérito Civil nº 7/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillhante - Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual - Requeridas: Construtora Macopel Ltda., MC Construções e Serviços Ltda.-EPP e Lopes & Cordeiro Ltda. - EPP - Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública praticado pelas empresas Lopes & Cordeiro Ltda. EPP, Construtora Macopel Ltda. e MC - Construções e Serviços Ltda. EPP e por servidores e/ou agentes políticos a apurar, consistente na suposta prática de fraude em procedimentos licitatórios nos anos de 2013 a 2015 com o intuito de favorecer as respectivas empresas nos certames cujos objetos são obras e serviços de engenharia na cidade de Rio Brillhante/MS. **66) Inquérito**

Civil nº 12/2003 - Anexo 71 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cleiton Eustáquio Rocha - Assunto: Apurar atual inexistência de mata ciliar e/ou averbação da Reserva Legal nas propriedades localizadas às margens do Rio Formoso, bem assim pela realização de atividade em áreas de Preservação Permanente em desacordo com a legislação ambiental e eventuais danos ambientais ocorridos nas referidas propriedades. **67) Inquérito Civil nº 12/2003 - Anexo 25** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rogerio Valsani Sobrinho (antiga São João) - Assunto: Apurar atual inexistência de mata ciliar e/ou averbação da Reserva Legal nas propriedades localizadas às margens do Rio Formoso, bem assim pela realização de atividade em áreas de Preservação Permanente em desacordo com a legislação ambiental e eventuais danos ambientais ocorridos nas referidas propriedades. **68) Inquérito Civil nº 33/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Hellen Rose Torres Soares - Assunto: Apurar irregularidades ambientais na Área de Preservação Permanente da fazenda Colônia de Bonito/MS. **69) Inquérito Civil nº 159/2008** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Menandro Vital Cyrino - Assunto: Apurar eventual inexistência/irregularidades de licença, conservação de solo, ausência de memorial descritivo de reserva legal, degradação de área em APP, edificações em APP. **70) Inquérito Civil nº 9/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Aristeu Alceu Carbonaro, fazenda rio Formoso - Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 1,5458 hectares sem a devida autorização ambiental do órgão competente, na propriedade denominada fazenda Rio Formoso. **71) Inquérito Civil nº 16/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no PORTOPREV. **72) Procedimento Preparatório nº 11/2012** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Chapadão - Assunto: Fiscalizar a aplicação e utilização dos bens e recursos da Fundação Chapadão, visando assegurar a preservação de seu patrimônio e a consecução de seus fins, através da prestação de contas.

Campo Grande, 9 de outubro de 2018.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Procuradora de Justiça e

Secretária Substituta do Conselho Superior do Ministério Público

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 2 DE OUTUBRO DE 2018.

7. Ordem do dia:

Inclusão em pauta: 7.1.1. Matéria Administrativa:

1. Processo PGJ/10/2663/2018.

Requerente: Rodrigo Cintra Franco – Promotor de Justiça.

Assunto: Autorização para residir em comarca diversa.

Relatora: Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

Deliberação: Ouvido o Conselho sobre a autorização para o Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco residir na comarca de Dourados-MS, houve concordância, à unanimidade.

7.1.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.1.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001579-9 – SIGILOSO.

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000349-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Martins de Souza Queiroz

Assunto: Apurar eventual descumprimento pelo município de Deodápolis do dever de implemento de sistema de descarte de esgoto.

EMENTA - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DEODÁPOLIS/MS - APURAR A AUSÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - ACORDO FIRMADO ENTRE MUNICÍPIO ; GOVERNO DE ESTADO E GOVERNO FEDERAL - CONVÊNIO Nº 2972-05 FIRMADO COM FUNASA - IMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS ENCONTRAM-SE NO QUARTO ESTÁGIO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO COM FULCRO NA RESOLUÇÃO Nº 174/2017- CNMP E RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 8º, II e II, da Resolução CNMP nº 174/2017, prevê ser o procedimento administrativo o instrumento próprio da atividade-fim do Ministério Público destinado, dentre outros objetivos, a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, "políticas públicas" ou instituições, bem como o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de acordo celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui acordo celebrado entre o município, governo estadual e federal, e, as obras de implementação do PMSB já foram iniciadas, sendo plausível a instauração de Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento do acordo, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002309-2

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Coxim

Assunto: Apurar eventual irregularidades na ausência de patrolamento na rua Piúva no bairro Pequi II, no município de Coxim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS - AVERIGUAÇÃO DE PROCESSO EROSIVO E ACÚMULO DE LIXO DECORRENTE DE AUSÊNCIA DE PAVIMENTAÇÃO NA RUA PIÚVA - BAIRRO PEQUI II - COXIM-MS - AUSÊNCIA DE DRENAGEM E PATROLAMENTO - INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SISTEMA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA INICIADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Considerando que no decorrer do feito, restou comprovado que o serviço de patrolamento e limpeza da Rua Piúva, foi devidamente realizado pela Secretaria Municipal de Obras de Coxim, bem como, a Diretoria Executiva de Planejamento Urbano informou que diversas ruas do Bairro Pequi II, já estão recebendo obras de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, demonstrando que as irregularidades que deram azo à instauração desse procedimento foram aquilatadas pelo ente público municipal, esgotando-se o objeto do presente Inquérito Civil. Desse modo, estando sanadas as irregularidades e exaurida a atuação ministerial, deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000126-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca Ponta Porã

Requerentes: Ministério Público Estadual e Daniel Ribas da Cunha

Requerido: Instituto Maytenus, Câmara Municipal de Vereadores de Antônio João, Jair Mauro Pelegrin Dias, Município de Antônio João.

Assunto: Apurar a ausência de devolução dos valores das taxas de inscrição pagas pelos candidatos inscritos no Concurso Público para provimento do quadro de pessoal da administração pública municipal de Antônio João, vez que o mesmo foi suspenso por ausência de processo licitatório na contratação da empresa Instituto Maytenus, para elaboração do mesmo.

EMENTA - INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - INSTITUTO MAYTENUS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL - CÂMARA MUNICIPAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO/MS – IRREGULARIDADES NA

CONTRATAÇÃO DO INSTITUTO MAYTENUS PARA ELABORAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - ANULAÇÃO DO CONCURSO - DECISÃO JUDICIAL - RESTITUIÇÃO DOS VALORES DAS TAXAS DAS INSCRIÇÕES RECEBIDAS PELOS CANDIDATOS - RESTITUIÇÃO REALIZADA - AUSÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Considerando que os valores referentes às inscrições do concurso público municipal anulado realizado pela administração pública municipal de Antônio João foram devidamente ressarcidos aos inscritos ou aguardam reclamação por parte dos interessados em conta judicial, não se justifica sob o ponto de vista subjetivo da consciência e vontade dos agentes envolvidos, a prática de ato de improbidade administrativa decorrente em negar cumprimento à decisão judicial. Desse modo, não há irregularidades a serem perseguidas no procedimento, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 3/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o Processo Administrativo nº 29/022881/2015, instaurado pela Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, o qual tem por objetivo apurar eventual acumulação ilícita de cargos públicos, diante do exercício simultâneo da vereança e de direção escolar.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FÁTIMA DO SUL – ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS - DIRETORA ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOAQUIM ALFREDO SOARES VIANNA E VEREADORA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE JATEÍ/MS - INCOMPATIBILIDADE – DECRETO ESTADUAL Nº 13.770/2013 – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - TÉRMINO DO MANDATO ELETIVO – EXONERAÇÃO DO CARGO DE DIRETORA ESCOLAR - IRREGULARIDADES SANADAS- AUSÊNCIA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA- AUSÊNCIA DE DOLO – CONTRAPRESTAÇÃO LABORATIVA - HOMOLOGAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Da análise dos elementos reunidos nos autos, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe, pois, a cumulação indevida de cargos públicos deu-se em horários conciliáveis, sem trazer prejuízo a qualquer dos órgãos envolvidos, beneficiados com a devida contraprestação laboral da servidora, que fora ungida de boa-fé. Ainda, contatou-se que a servidora fora exonerada do cargo de Diretora Escolar e o mandato eletivo da requerida teve término em dezembro de 2016, razão pela qual as irregularidades encontram-se devidamente sanadas, inexistindo atos de improbidade administrativa a serem perseguidas.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 7/2015

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Água Clara

Assunto: Apurar a suposta afronta a direitos básicos de educação de crianças e adolescentes do município de Água Clara, notadamente em razão da inefetividade do transporte escolar em razão das más condições de algumas estradas ao redor do centro da cidade, comprometendo, por via de consequência, o acesso ao ensino.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ÁGUA CLARA/MS – APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR DA ZONA RURAL – MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA - APURAÇÃO DOS MESMOS FATOS NO INQUÉRITO CIVIL Nº 03/2011 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO COM A PREFEITURA MUNICIPAL – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - DUPLICIDADE DE INVESTIGAÇÃO – LITISPENDÊNCIA - ENUNCIADO 18/2018-CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Constatou-se a ausência de justa causa para continuidade do feito, vez que a denúncia de irregularidades na prestação de serviço do transporte escolar público (zona rural) do município de Água Clara, estão sendo apuradas no bojo do Inquérito Civil nº 03/2011 que tramita na Promotoria de origem, tendo sido firmado no bojo desse procedimento um TAC, e instaurado Procedimento Administrativo para seu acompanhamento. Assim, com fulcro no Enunciado nº 18/2018-CSMP, torna-se inafastável o arquivamento do presente, a fim de se evitar a duplicidade de procedimentos investigando casos análogos. Desse modo, não subsistem motivos para o prosseguimento do feito, sendo que a homologação do arquivamento afigura-se de rigor.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001539-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo Sr. Márcio Teles Pereira, acerca de sua cedência pela SED para prestar serviços ao Município de Deodápolis (denúncia relatada na Manifestação de nº 11.2016.00004206-2, enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NOTICIADO ATRAVÉS DA MANIFESTAÇÃO Nº 11.2016.00004006-2 - COMARCA DE DEODÁPOLIS/MS - IRREGULARIDADE DEVIDAMENTE SANADA - RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA - SITUAÇÃO REGULARIZADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que as irregularidades inicialmente narradas foram devidamente sanadas, notadamente porque se constatou o acatamento integral da Recomendação Ministerial nº 02/2018 expedida ao Presidente da Câmara Municipal de Deodápolis, Márcio Teles Pereira e ao Prefeito Municipal de Deodápolis/MS, uma vez que este requereu revogação da Portaria Administrativa nº 563/2017, a qual o nomeou para exercer função administrativa no setor de convênios da Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000626-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Informática Spyder Net Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade no pregão presencial nº 031/2017, para fornecimento de link dedicado à internet com fibra ótica com velocidade mínima de 20mbps, especialmente no tocante à recusa ou atraso no fornecimento de editais e demais documentos aos licitantes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017, NOTADAMENTE NO TOCANTE À RECUSA OU ATRASO NO FORNECIMENTO DE EDITAIS E DEMAIS DOCUMENTOS AOS LICITANTES - PERDA DO OBJETO – REVOGAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, a promoção de arquivamento merece ser homologada, ante a perda do objeto, uma vez que o Pregão Presencial nº 031/2017-Registro de Preços, cuja data inicial estava agendada para ocorrer em 11 de setembro de 2017, foi revogado nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93, consoante publicação no Diário Oficial do Município de Bandeirantes/MS datada de 05.12.2017. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002569-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica

Requeridos: Empresa Pantanal Agrícola Ltda. e Porsino José Neto

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com a empresa Pantanal Agrícola Ltda. e com o Sr. Porsino José Neto, consistente no pagamento da indenização ambiental no valor de R\$ 18.750,00 (dezoito mil e setecentos e cinquenta reais).

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO, CONSISTENTE NO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO AMBIENTAL, EM COSTA RICA/MS - CUMPRIMENTO INTEGRAL - SITUAÇÃO REGULARIZADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Findas as diligências úteis à instrução desse procedimento, tem-se, que o presente atingiu seu objetivo. Foi formalizado um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta de fls. 15/19, onde o Sr. Porsino José Neto e a empresa “Pantanal Agrícola Ltda.” se comprometeram a compensar o dano ambiental em questão através de doação da quantia de R\$ 18.750,00 (dezoito mil e setecentos e cinquenta reais) ao Conselho Comunitário de Segurança de Costa Rica, em uma única parcela, no prazo de 48 horas a partir da assinatura do referido instrumento, o que foi devidamente comprovado através da certidão de fl. 45 e respectivo comprovante de transferência de fl. 46. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 2/2005

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: 2º Pelotão da 2ª Companhia de Polícia Militar

Requerido: José Luiz Silveira Maia

Assunto: Apurar danos ao meio ambiente consistentes na extração de árvores pertencentes à área de reserva legal da fazenda Jesus de Nazaré em Bodoquena/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DANOS AO MEIO AMBIENTE, CONSISTENTES NA EXTRAÇÃO DE ÁRVORES PERTENCENTES À ÁREA DE RESERVA LEGAL DA “FAZENDA JESUS DE NAZARÉ”, EM BODOQUENA/MS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00003050-9 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003050-9 – fls. 403/404), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000510-2 - SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000061-8**

Promotoria de Justiça do Direitos Constitucionais do Cidadão de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gerência Municipal de Saúde de Sonora

Assunto: Apurar se estão sendo executadas pela gestão Estadual e Municipal de Saúde de Sonora as ações de prevenção/controle vetorial no combate ao mosquito Aedes Aegypti, bem como se o Plano de Contingência para prevenção e enfrentamento da microcefalia relacionada ao Zica Vírus.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR AS AÇÕES DE COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPTI - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o município de Sonora/MS adotou medidas efetivas para o controle do mosquito Aedes Aegypti. Instituiu o Comitê Municipal de Enfrentamento ao Mosquito Aedes Aegypti, bem como elaborou Planos de Contingência para controle da Dengue, Zika e Chicungunya. Para a fiscalização do cumprimento das medidas de prevenção criou-se Lei Municipal para aplicar sanções aos munícipes que não cumprirem com as normas sanitárias de prevenção epidemiológica. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000070-7 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.000001168-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa em razão de eventuais irregularidades na nomeação de Conselheira Tutelar ao Cargo de Assessora de Planejamento do Executivo e na nomeação do advogado da Câmara Municipal de Pedro Gomes

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADE NA NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR AO CARGO DE ASSESSORA DE PLANEJAMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL - CUMULAÇÃO DE CARGOS – NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que a licença de seis meses concedida a Conselheira Tutelar possui previsão na legislação municipal. Do mesmo modo, não houve cumulação de cargos ao assumir função de confiança, tendo em vista que a servidora não recebeu

remuneração durante a licença. Ademais, posteriormente, a servidora pediu exoneração do cargo de Conselheira Tutelar, para assumir o cargo de assessora de planejamento da Prefeitura de Pedro Gomes. Assim, constata-se que a irregularidade não foi comprovada. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001304-3 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002443-0 – SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000919-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: José Roberto da Costa

Requerido: Edson Stefano Takazono

Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo pelo Prefeito Edson Stéfano Takazono na nomeação dos servidores Luzia Martins Neres, Kleber Gonçalves Destro, Edemir Palmeira e Luciano Marangon.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANAURILÂNDIA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE NEPOTISMO PELO PREFEITO EDSON STÉFANO TAKAZONO - IRREGULARIDADES SANADAS - CARGO POLÍTICO - RECOMENDAÇÃO CUMPRIDA - AUSÊNCIA DE NEPOTISMO CRUZADO - NÃO CONSTATADA - FRAUDE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Comprovou-se nos autos o cumprimento da recomendação ministerial mediante a exoneração dos servidores Luciano Maragon e Luzia Pereira Martins Neres que estavam em situação irregular. 2. Restou apurado que os servidores Kleber Gonçalves Destro e Márcio Manoel Francisco Pacheco, foram aprovados em Concurso Público de Provas e Títulos realizado no ano de 2017. 3. Verificou-se que o servidor efetivo, Edemir Palmeira, parente da Vereadora Lucimara Palmeira, foi nomeado para exercício de cargo político no município de Anaurilândia, não havendo indícios nos autos de nepotismo cruzado ou outra modalidade de fraude à lei ou descumprimento dos princípios administrativos, demonstrando-se a capacidade técnica do requerido para desempenho das funções de forma eficiente. 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001508-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roque Luiz Busanello

Assunto: Apurar o funcionamento de atividade de suinocultura em desconformidade com a Licença de Operação expedida pelo órgão ambiental competente, no lote 54, Assentamento Campanário, em São Gabriel do Oeste/MS, de propriedade de Roque Luiz Busanello.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE - MEIO AMBIENTE - APURAR O FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE DE SUINOCULTURA EM DESCONFORMIDADE COM A LICENÇA DE OPERAÇÃO EXPEDIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, NO LOTE 54, ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO, EM SÃO GABRIEL DO OESTE, DE PROPRIEDADE DE ROQUE LUIZ BUSANELLO - CONFIGURADO DANO AMBIENTAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO QUE DISPENSA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL OU DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 3 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Tratando-se de dano ambiental inexistente ou de menor potencial ofensivo, a reparação ou a compensação pode limitar-se ao juízo administrativo e ao criminal. Nessa hipótese, os procedimentos administrativos ou criminais encaminhados ao Ministério Público ensejarão a mera instauração de notícia de fato, dispensando-se a instauração de inquérito civil ou de procedimento preparatório, conforme Enunciado nº 3 do Conselho Superior do Ministério Público. Havendo manifesta evidência de que não houve lesão aos interesses difusos ou sendo o dano ambiental de menor potencial ofensivo, a notícia de fato deverá ser arquivada no próprio órgão de execução, sem necessidade de remessa dos autos para a homologação da promoção de arquivamento, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000817-6

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Laguna Carapã

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente no desvio de finalidade da prestação de serviços de transporte escolar custeados pelo município de Laguna Carapã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE CONSISTENTE NO DESVIO DE FINALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR CUSTEADOS PELO MUNICÍPIO DE LAGUNA CAARAPÃ/MS - CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC celebrado atende à defesa dos interesses tutelados neste inquérito civil, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007- PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001338-0**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Henrique Daros Derzi Wasilewski

Assunto: Apurar eventual desrespeito à meia entrada no “Show Costa Gold & Dalsin” que foi realizado no dia 24 de setembro de 2016 no estabelecimento Jeremias.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DESRESPEITO À MEIA ENTRADA NO “SHOW COSTA GOLD & DAL SIN” QUE FOI REALIZADO NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2016 NO ESTABELECIMENTO JEREMIAS ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução n.º 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo n.º 09.2018.00002458-4 para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001122-6

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município e Carlos César Galvão Zoccante

Assunto: Apurar suposta degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Coqueiro, localizada na propriedade de Carlos César

Galvão Zoccante (inscrição imobiliária n. 03580010023) e a eficácia da fiscalização empreendida pelo Município de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CÓRREGO COQUEIRO, LOCALIZADA NA PROPRIEDADE DE CARLOS CÉSAR GALVÃO ZOCCANTE (INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA N. 03580010023) E A EFICÁCIA DA FISCALIZAÇÃO EMPREENDIDA PELO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o compromissário, restando apenas o seu acompanhamento e

fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução n.º 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem informou que instaurou o Procedimento Administrativo n.º 09.2018.00002988-0 para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001540-8 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição e determinou a remessa do feito a Promotoria de Justiça de origem para que esta encaminhe os autos ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora.

7.1.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001992-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito de Paranhos/MS

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo na Secretaria Municipal da Assistência Social, ante o parentesco entre a Secretária Municipal de Assistência Social e o Prefeito Municipal Dirceu Bettoni.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

7.1.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 5/2015

7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática abusiva e irregularidades na prestação de serviço de táxis no município de Três Lagoas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOAS – CONSUMIDOR – APURAR EVENTUAL PRÁTICA ABUSIVA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO USO DO TAXÍMETRO NAS CORRIDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS. Arquivamento justificado. Não restaram comprovadas as irregularidades noticiadas, visto que há indicativos do uso do taxímetro nas corridas, cumprindo a regulamentação municipal. Irregularidades não configuradas. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 6/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Água Clara

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria ao Sistema de Controle Interno pela gestão anterior da Câmara Municipal de Água Clara/MS, constatadas por sua Controladoria Interna e trazidas ao conhecimento desta Promotoria de Justiça por meio do Ofício nº 09/2015.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ÁGUA CLARA – PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA AO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO REALIZADA PELA GESTÃO ANTERIOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA/MS– PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - AFASTAMENTO DO SIGILO. Arquivamento justificado. De acordo com perícia contábil realizada pelo DAEX, não foram identificadas irregularidades no contrato administrativo questionado na representação, bem como não se constatou a presença de direcionamento de contratação. Ato de improbidade administrativa não caracterizado. Promoção de arquivamento homologada. Afastamento do sigilo. Justificativas elencadas no termo de declaração não mais subsistem, visto que a publicidade não traz riscos às investigações, nem fere a intimidade, honra ou vida privada dos envolvidos. Ausência das exceções estabelecidas no artigo 7º da Resolução 23/2007-CNMP, bem como nos artigos 30 e 31 da Resolução 015/2007- PGJ.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 81/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidade na utilização de aeronave acautelada pelo Corpo de Bombeiros para o serviço de transporte aeromédico.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL DESVIO DE FINALIDADE NA UTILIZAÇÃO DE AERONAVE ACAUTELADA PELO CORPO DE BOMBEIROS PARA O SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO AEROMÉDICO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS. Arquivamento justificado.

Não restou configurado ato de improbidade administrativa, visto que, a utilização da aeronave ocorreu somente por autoridades legitimamente autorizadas e exclusivamente no exercício de suas atribuições legais. Não houve comprovação do uso para fins particulares. Ademais, o traslado de autoridades, que se encontra amparado em lei, pois faz parte das operações aéreas de natureza bombeiro-militar, era solicitado diretamente pela Secretaria de Governo para atender a agenda pública do Ex-governador. Dessa forma, não foram encontrados indícios de desvio de finalidade no uso do bem. Ato de improbidade administrativa não configurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 8/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a apropriação indevida de remuneração dos servidores públicos pelo município de Miranda, consistente em descontar o valor utilizado para compras/serviços pela empresa Convênios Card no *holerite* do servidor, sem, no entanto, repassar a verba à empresa credora, bem como eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS PELO MUNICÍPIO DE MIRANDA, CONSISTENTE EM DESCONTAR O VALOR UTILIZADO PARA COMPRAS/SERVIÇOS PELA EMPRESA CONVÊNIOS CARD NO HOLERITE DO SERVIDOR, SEM, NO ENTANTO, REPASSAR A VERBA À EMPRESA CREDORA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS. Arquivamento justificado. Não restou configurado ato de improbidade administrativa, visto que ficou constatado o repasse dos valores à empresa credora e não restaram comprovados eventuais sinais de desvio de finalidade na aplicação dos valores descontados em folha ou indicativos de apropriação do montante. Ademais, não se verificou dano ao erário, haja vista que não foi cabalmente comprovado o pagamento de juros pelo atraso na quitação das parcelas. Ato de improbidade administrativa não configurado. Irregularidades não comprovadas. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Campo Grande, 9 de outubro de 2018.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Procuradora de Justiça

Secretária Substituta do Conselho Superior do MP

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 21/CGMP/2018**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que por necessidade de serviço, a data da visita correicional do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça de Porto Murtinho foi alterada para o dia **16.10.2018** e na Promotoria de Justiça de Bela Vista foi alterada para o dia **17.10.2018**.

Campo Grande, 9 de outubro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

ESCOLA SUPERIOR**AVISO Nº 037/2018 - DOURADOS**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, CONVOCA os candidatos aprovados no I PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DAS PROMOTORIAS DE DOURADOS, homologado por meio do Aviso Nº 001/2016-CEAF-DOURADOS, de 13 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Ministério Público nº 1418, de 14 de dezembro de 2016, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

E para que todos tomem ciência, informa a seguir os candidatos convocados, a relação de documentos, a data e o local onde deverão ser entregues.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE DOURADOS

Os candidatos aprovados, acadêmicos do curso de direito, deverão entregar a documentação na sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio - Dourados/MS - Telefones (67)3902-2800 – Fax: 3902-2809, no dia e horários mencionados no quadro abaixo.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO - Dourados - Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
19.10.2018	08h às 11h	TÉRCIO ARÉVALO DE AQUINO	69

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO - Dourados - Turno do Estágio: Vespertino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
19.10.2018	13h às 18h	GABRIELA TORRECILHA FURINI	49
19.10.2018	13h às 18h	JESSICA DOS SANTOS FERNANDES	50

1. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações);
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7.	Atestado de exame ABO-RH;
8.	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança);
9.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10.	Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2016-CEAF-DOURADOS, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 2.2, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 03 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: ged@mpms.mp.br

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até a sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada à rua João Corrêa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio - Dourados/MS.

Campo Grande, 09 de outubro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 14/PGJ/2018 - Processo n.º PGJ/10/1253/2017.

Objeto: Contratação de Leiloeiro Oficial, para preparação, organização e condução de leilão público destinado à alienação de bens inservíveis (obsoletos e danificados) pertencentes ao patrimônio do Ministério Público Estadual.

Vencedor: Pierre Adri para os itens 1 e 2, ambos com 0% (zero por cento), aplicável à tabela de preços orçados.

Justificativa: Adjudicado tendo em vista o percentual de repasse, nos termos do edital.

Campo Grande, 9 de outubro de 2018.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

(em substituição)

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2889/2018****PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário 3º Batalhão da Polícia Militar de Dourados/MS, representado pelo Comandante – Carlos da Silva.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Mesa de madeira melamínico com 3 gavetas: 02 unidades

Cadeira giratória: 04 unidades

Data: 04.09.2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/4000/2017.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, representado pelo seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2- ESTRUTURAL CONSTRUTORA LTDA-ME, representada por Robergini de Mello Lomba Azevedo.

Procedimento Licitatório: Concorrência nº 3/CPL/PGJ/2017.

Amparo Legal: Artigo 57, §1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 28/PGJ/2018, referente à contratação para a construção de cobertura para estacionamento de veículos, incluindo o fornecimento dos materiais necessários, sob o regime de execução de empreitada por preço global, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, isto é, de 08.11.2018 até 22.12.2018; e a prorrogação do prazo de execução dos serviços por mais 30 (trinta) dias, isto é, de 23.08.2018 até 21.09.2018, sem ônus para o erário público.

Vigência do Contrato: 08.11.2018 a 22.12.2018.

Data de assinatura: 05 de outubro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO 43/PGJ/2018.

Processo PGJ/10/0329/2018.

Partes:

1 – Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2 – IMOBILIÁRIA COLMEIA LTDA, representada por Rui Barbosa Junior.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no com o artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991; Lei Federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e suas alterações; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Locação sob medida (built to suit), com reforma substancial de imóvel na Comarca de Dourados-MS, para fim de instalação de sede de Órgãos de Execução e Auxiliares do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor mensal: R\$18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003985, de 20.08.2018.

Vigência: 08.10.2018 a 08.10.2028.

Data de assinatura: 08.10.2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/PGJ/2017, PUBLICADA NO DOMPMS Nº 1651 DE 11 DE JANEIRO DE 2018 (PÁGINAS 16 A 19) E REPUBLICADA NO DOMPMS Nº 1.711 DE 11 DE ABRIL DE 2018 (PÁGINAS 5 A 8) - REPÚBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/PGJ/2017

DO OBJETO: Registro de preços unitários, para eventual aquisição de materiais de expediente (etiquetas, extrator de grampos, fita adesiva grampos, papel sulfite, etc.), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Etiqueta branca, autoadesiva, para impressoras INK JET e LASER medindo 279,4x215,9mm, sendo 1 etiqueta por folha, com no máximo 25 folhas por envelope. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Maxprint ou Hardcopy. Marca: Hardcopy Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	env.	200	8,40
2	Etiqueta branca, autoadesiva, alta alvura, para impressoras INK JET e LASER, tamanho 138,11x106,36mm, com 25 folhas por envelope, 04 etiquetas por folha, envelope com 100 etiquetas. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Maxprint ou Hardcopy. Marca: Hardcopy Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	env.	500	7,90
3	Etiqueta branca, autoadesiva, alta alvura, para impressoras INK JET e LASER, tamanho 138,11x103,36mm, com 25 folhas por envelope, 04 etiquetas por folha, envelope com 100 etiquetas. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Maxprint ou Hardcopy. Marca: Hardcopy Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	env.	1.000	9,20
4	Etiqueta branca, autoadesiva, alta alvura, para impressoras INK JET e LASER, tamanho 138,11x212,73mm, com 25 folhas por envelope, 02 etiquetas por folha, envelope com 50 etiquetas. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Maxprint ou Hardcopy. Marca: Hardcopy Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	env.	1.500	8,39
5	Extrator de grampos, tipo espátula, em aço inox, medindo aproximadamente 15,00cm de comprimento (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Marcas de referência: ACC, Bachhi, Carbex, Carbrink e Japan Stamp. Marca: Japan Stamp Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	1.000	0,92
6	Fita adesiva de filme de polipropileno biorientado, marrom, adesivo à base de resina e borracha sintética, medindo aproximadamente 45mm de largura (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 45m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás. Marca: Adere Empresa vencedora: ART VIDEO EIRELI- EPP	un.	2.000	2,18
7	Fita adesiva de filme de polipropileno biorientado, transparente, adesivo à base de resina e borracha sintética, medindo aproximadamente 45mm de largura (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 45m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás. Marca: Adere Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP	un.	2.000	1,86
8	Fita adesiva, invisível, composta de filme de acetato e adesivo acrílico rolo com aproximadamente 12mm (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 33m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás.	un.	500	0,70

	Marca: Adere Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP			
9	Fita adesiva, silver tape, cor prata, medidas aproximadas 48mm de largura (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 20m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás. Marca: _____.	un.	50	Não registrado
10	Fita crepe, composta de papel crepado tratado e adesivo à base de resina de borracha, medindo aproximadamente 19mm de largura (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 48m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás. Marca: Adere Empresa vencedora: ART VIDEO EIRELI- EPP	un.	300	2,20
11	Grampeador em metal, base plástica ou emborrachada, para grampo 26/6, medindo aproximadamente 20cm de comprimento x 9,0cm de altura x 5,0cm de largura (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), cor preta. Marcas de referência: Maxprint, Cis, Tilibra Maped e Rapid. Marca: Cis Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	900	18,00
12	Grampeador em metal, base plástica ou emborrachada, para grampo 26/6, medindo aproximadamente, 14cm de comprimento x 4,5cm de altura x 4,0cm de largura (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos), cor preta. Marcas de referência: Maxprint, Cis, Tilibra Maped e Rapid. Marca: Max Print Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP	un.	600	5,65
13	Grampeador semi-industrial, confeccionado em aço, com regulador para grampos de 23/6 até 23/24, base revestida em PVC ou emborrachada, medindo no mínimo 27,0cm de comprimento, capacidade para grampear até 240 folhas de papel de 75 g/m² de uma só vez. Marcas de referência: Cis, Rapid e Eagle. Marca: Eagle Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP	un.	250	97,00
14	Grampo 26/6, fabricado com arame de aço cobreado, tratamento antiferrugem, caixa com 5.000 unidades. Marcas de referência: ACC, Adeck, Rapid e Bacchi. Marca: Bacchi Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	cx.	500	3,00
15	Grampo trilho, niquelado, pontas arredondadas, para encadernação, 80mm, caixa com 50 unidades. Marcas de referência: ACC, Bacchi, Clips New e Dello. Marca: Bacchi Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	cx.	600	6,10
16	Papel sulfite, branco, alta alvura, formato A4 (210x297mm), gramatura de 75g/m², embalagem em papel plastificado, resistente à umidade, certificação ambiental FSC ou CERFLOR, caixa com 10 resmas. Marcas de referência: HP, Report, Copimax, Chamex e Ripax. Marca: COPIMAX Empresa vencedora: ART VIDEO EIRELI- EPP	cx.	2.000	188,00
17	Pasta AZ, capa em papelão plastificado, cor tigrada ou preta, tamanho ofício, lombo estreito, medindo 34cm de altura x 28,0cm largura x 6,0cm espessura da lombada (admitindo-se 1cm para mais ou para menos), com 2 argolas fixas de metal na contracapa, identificador em material plástico na lateral externa. Marcas de referência: Framax, Eagle e Dello. Marca: Framax Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	600	7,00
18	Pasta AZ, capa em papelão plastificado, cor tigrada ou preta, tamanho ofício, lombo largo, medindo 34,5cm de altura x 28,0cm largura x 8,0cm espessura da lombada (admitindo-se 1cm para mais ou para menos), com 2 argolas fixas de metal na contracapa, identificador em material plástico na lateral externa. Marcas de referência: Framax, Eagle e Dello. Marca: Framax Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	1.500	7,00
19	Pasta em material plástico transparente, com 3 abas internas e elástico nas extremidades, medindo aproximadamente 34 x 23cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Polycart, Polibrás, ACP e DAC. Marca: ACP Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	500	1,00
20	Pasta em papelão, plastificada externamente, com 3 abas internas e elástico nas extremidades, medindo aproximadamente 34x23cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), na cor vermelha. Marcas de referência: Dello, Polycart e Marcari.	un.	1.000	1,10

	Marca: Polycart Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP			
21	Pasta em papelão, plastificada, com grampo trilho metálico, medindo aproximadamente 34 x 23cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), na cor vermelha. Marcas de referência: Dello, Polycart e Marcari. Marca: Polycart Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	1.500	0,95
22	Pasta para dedo (Molha dedo), em creme, contendo ácido graxo, glicóis e essência, embalagem pesando aproximadamente 12g, não tóxico. Marcas de referência: Central, Acrimet, Radex e Cis. Marca: Radex Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	1.500	1,24
23	Pasta suspensa em material plástico, cor fumê, com visor, etiqueta, grampo plástico e haste plástica, medindo aproximadamente 37cm x 24cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Marca de referência: Polycart, Polibrás Dello, e ACP. Marca: ACP Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	1.000	1,72
24	Percevejo latonado, fabricado em chapa de aço com tratamento antiferrugem, embalagem com 100 peças. Marcas de referência: ACC, Jocar Office, Bacchi. Marca: Jocar Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	emb.	50	1,80
25	Perfurador para papel, de ferro, com pintura esmaltada na cor preta ou prata, com porta resíduos na base, em material plástico ou emborrachado, capacidade para perfurar de uma só vez até 10 folhas de papel sulfite com 75g/m², com 1 ano de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Grampline, Central, Maped e Tilibra. Marca: Grampline Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	500	4,99
26	Perfurador para papel, de ferro, com pintura esmaltada na cor preta, com porta resíduos na base, em material plástico ou emborrachado, medindo aproximadamente 15 cm de largura x 10 cm x 6 cm (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos), com capacidade para perfurar de uma só vez até 40 folhas de papel sulfite com 75g/m², com 1 ano de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Grampline, Central, Maped, Tilibra. Marca: Tilibra Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	500	33,25
27	Perfurador, semi-industrial, em ferro fundido, pintura martelada, porta resíduos em PVC na base, capacidade para perfurar até 60 folhas ou 5,0mm de papel 75g/m2 de uma só vez. Garantia mínima de 1 (um) ano de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Grampline, Central, Maped, Tilibra. Marca: _____.	un.	50	Não registrado
28	Pincel atômico, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido, cor azul, corpo em material plástico com tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor. Marca: Maxprint Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP	un.	500	1,31
29	Pincel atômico, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido, cor preta, corpo em material plástico com tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor. Marca: Maxprint Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP	un.	500	1,31
30	Pincel atômico, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido, cor vermelha, corpo em material plástico com tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor.	un.	500	1,31

	Marca: Maxprint Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP			
31	Plástico bolha, bobina medindo 1,30 metros de largura x 100m de comprimento. Marca: Safra Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	50	49,00
32	Porta cliques, em acrílico, redondo ou quadrado, com imã na tampa, medindo no mínimo 7 cm de altura, diâmetro aproximado de 4,5 cm. Marca: Waleu Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	150	5,00
33	Porta lápis, canetas, cliques e lembretes, confeccionado em material acrílico, cor cristal ou fumê. Marcas de referência: Waleu, Acrilex e Acrinil. Marca: Waleu Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	500	5,70
34	Prancheta confeccionada em chapa de fibra de madeira, com fixador de papel em metal na parte superior, medindo aproximadamente 33 cm x 23,5 cm (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Souza, Tilibra e Marcari. Marca: Souza Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	100	2,70
35	Recados autoadesivos, removíveis, medindo 76mm x 102mm, embalagem contendo 1 bloco, com 100 folhas, cor amarela. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: 3M Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	pct.	5.000	2,27
36	Recados autoadesivos, removíveis, medindo, 38mm x 51mm cada, embalagem contendo 4 blocos, 100 folhas por bloco, cor amarela ou pacote com cores variadas. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: 3M Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	pct.	5.000	2,26
37	Régua confeccionada em material plástico liso transparente, medindo 30 cm, detalhada em centímetros e milímetros. Marcas de referência: Waleu, Molin, Acrimet, Dello e Tilibra. Marca: Waleu Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	700	0,47
38	Tesoura com ponta, em liga de aço inoxidável, corte afiado, cabo termoplástico de alta resistência, medindo aproximadamente 21cm, Marcas de referência: Adeck, Tramontina e Mundial. Marca: Adeck Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	500	5,40

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

DATA DE ASSINATURA: 19 de dezembro de 2017.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/PGJ/2017, PUBLICADA NO DOMP/MS Nº 1651 DE 11 DE JANEIRO DE 2018 (PÁGINAS 19 A 21) E REPUBLICADA NO DOMP/MS Nº 1.711 DE 11 DE ABRIL DE 2018 (PÁGINAS 2 A 4) E NO DOMP/MS Nº 1.773 DE 12 DE JULHO DE 2018 (PÁGINAS 30 A 32) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/PGJ/2017

DO OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de Cadastrador Biométrico, Catracas Eletrônicas e Licenças de software de gerenciamento, com instalação nos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça da Capital - Unidade Ricardo Brandão, localizados em Campo Grande/MS, e no prédio das Promotorias de Justiça de Naviraí/MS, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS	UNID	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)
1	<p><u>Módulo de mesa:</u> leitor cadastrador biométrico com RFID para utilização em soluções de controle de acesso, facilitando o cadastro de impressões digitais e cartões de proximidade RFID, padrão Acura frequência de operação de 125kHz, compatível com chip EM4002 e 3 protocolos de comunicação (serial, wiegand, tkaf2) e compatível e totalmente integrado com o software descrito no item 4. Compatível com Windows 8 e 10 (32 e 64 bits). Resolução para leitura biométrica (digital) mínima de 500 dpi. Conexão padrão USB 2.0 ou superior, comprimento do cabo, mínimo de 100 cm, tempo de resposta, no máximo, 0,5 segundo. Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca: HENRY</p> <p>Empresa vencedora: TECNOPONTO TECNOLOGIA AVANÇADA EM CONTROLE DE PONTO DE ACESSO LTDA - EPP</p>	un.	8	1.691,00
2	<p><u>Catraca eletrônica - Modelo 01:</u> Fabricada em aço carbono com pintura em epóxi preto, tratamento anticorrosivo, acabamento em aço inox; Dimensões esperadas (aceitáveis variações de mais ou menos 5cm): altura 1,10m / largura com braços 65 cm / profundidade 70 cm; Fechadura para acesso aos componentes eletrônicos; Iluminação frontal com chave liga e desliga (com no mínimo duas opções de cores); Sistema de amortecimento de giros de braços; Travamento automático dos braços; Cofre coletor de cartões embutido, que efetue a leitura do cartão; Braço articulado antipânico; Display de cristal líquido de no mínimo 128x64 pixel com backlight; Controle de acesso via cartão e senha (de formas independentes); Teclado numérico com 12 teclas no padrão telefônico e 4 teclas adicionais de função; Indicação sonora para as operações realizadas (que seja customizável); Três braços em tubo de aço inox polido, com sistema de trava eletromagnética; Capacidade de trabalhar de forma bidirecional, podendo ser liberada para um dos sentidos, ambos ou nenhum; Controle do sentido dos braços via aplicativo web; Comunicação ethernet TCP/IP; Leitura de proximidade de cartões RFID, padrão Acura frequência de operação de 125kHz, compatível com chip EM4002 e 3 protocolos de comunicação (serial, wiegand, ABA TRACK 2); Trabalhar com comunicação direta com um computador servidor (on-line), Stand-alone (off-line) ou intercambiar entre os dois modos se necessário; Licença permanente durante a utilização dos equipamentos; Gerenciamento de acesso de até 15 mil usuários; Capacidade de armazenamento de no mínimo 30.000 (trinta mil) registros quando no modo off-line. Sistema de monitoramento via software e via aplicativo web, para verificação de quantidade de usuários, quantidade de cartões cadastrados, registro de eventos. Gravação dos dados em memória flash; Recurso de cartão administrador para acesso ao menu de configurações do equipamento localmente; Permite o controle de passagem dos usuários por meio de tabelas de horários e períodos; Coleta de dados via porta USB no próprio equipamento, aplicativo web ou via software; Atualização do firmware (programa residente na placa do aparelho) via USB ou software; Permitir o gerenciamento dos usuários com possibilidade de edição das informações / dados; SDK ou DLLs para acesso a todas as funções das catracas permitindo ao órgão criar soluções particulares não atendidas pelo software de gerenciamento. Compatível e totalmente integrado com o software descrito no item 4; Sistema de relógio em tempo real (RTC) com opção de ajuste de data e hora via software ou web, com recurso de backup em bateria de lítio; Alimentação: entrada bivolt (intervalo mínimo: 100-240V AC e 60 Hz); Funcionamento com bateria interna em caso de queda de energia, com autonomia de, no mínimo, 2 (duas) horas de operação; Temperatura de operação sem condensação (-15°C a 55°C); Umidade do ar de operação de 5% a 95%. Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Os equipamentos deverão ser entregues instalados nos locais indicados no Anexo I.</p> <p>Marca: HENRY</p> <p>Empresa vencedora: TECNOPONTO TECNOLOGIA AVANÇADA EM CONTROLE DE PONTO DE ACESSO LTDA - EPP</p>	un.	9	11.458,00
3	<p><u>Catraca eletrônica Modelo 02 PNE (Portador de Necessidades Especiais):</u> Fabricada em aço carbono com pintura em EPÓXI preto, tratamento anticorrosivo, acabamento em aço inox; Dimensões (aceitáveis variações de mais ou menos 5cm): altura 1,15m / profundidade com braços 105 cm / profundidade sem braços 35 cm; Fechadura para acesso aos componentes eletrônicos; Iluminação frontal com chave liga e desliga (com no mínimo duas opções de cores); Braço retrátil permitindo a passagem da cadeira de rodas; Travamento automático do braço; Cofre coletor de cartões embutido que efetue a leitura do cartão; Braço antipânico; Display de cristal líquido de no mínimo 128x64 pixel com</p>	un.	10	9.800,00

	<p>backlight; Controle de acesso via cartão e senha (de formas independentes); Teclado numérico com 12 teclas no padrão telefônico e 4 teclas adicionais de função; Indicação sonora para as operações realizadas (que seja customizável); Comunicação ethernet TCP/IP; Leitura de proximidade de cartões RFID, padrão Acura frequência de operação de 125kHz, compatível com chip EM4002 e 3 protocolos de comunicação (serial, wiegand, ABA TRACK 2); Trabalhar com comunicação direta com um computador servidor (on-line), Stand-alone (off-line) ou intercombinar entre os dois modos se necessário; Licença permanente durante a utilização dos equipamentos; Gerenciamento de acesso de até 15 mil usuários; Capacidade de armazenamento de no mínimo 30.000 (trinta mil) registros quando no modo off-line. Sistema de monitoramento via software e via aplicativo web, para verificação de quantidade de usuários, quantidade de cartões cadastrados, registro de eventos. Gravação dos dados em memória flash; Recurso de cartão administrador para acesso ao menu de configurações do equipamento localmente; Permite o controle de passagem dos usuários por meio de tabelas de horários e períodos; Coleta de dados via porta USB no próprio equipamento, aplicativo web ou via software; Atualização do firmware (programa residente na placa do aparelho) via USB ou software; Permitir o gerenciamento dos usuários com possibilidade de edição das informações / dados; SDK ou DLLs para acesso a todas as funções das catracas, permitindo ao órgão criar soluções particulares não atendidas pelo software de gerenciamento. Ser compatível e totalmente integrado com o software descrito no item 4. Sistema de relógio em tempo real (RTC) com opção de ajuste de data e hora via software ou web, com recurso de backup em bateria de lítio; Alimentação: entrada bivolt (intervalo mínimo: 100-240V AC e 60 Hz); Funcionamento com bateria interna em caso de queda de energia, com autonomia de, no mínimo, 2 horas de operação; Temperatura de operação sem condensação (-15°C a 55°C); Umidade do ar de operação de 5% a 95%. Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Os equipamentos deverão ser entregues instalados nos locais indicados no Anexo I.</p> <p>Marca: HENRY</p> <p>Empresa vencedora: TECNOPONTO TECNOLOGIA AVANÇADA EM CONTROLE DE PONTO DE ACESSO LTDA - EPP</p>			
4	<p>Software de gerenciamento:</p> <p>Gerenciar o fluxo de acesso de entrada e saída dos usuários em qualquer ambiente com dispositivos de controle de acesso. Capacidade de gerenciamento de fluxo médio de acessos diários: 5.000 no mínimo. Permitir configurar facilmente os privilégios de cada pessoa para determinadas entradas, tendo assim um controle total dos acessos. Ambiente web para no mínimo 10 usuários; Prazo de licenciamento permanente; Compatível com banco de dados Oracle Enterprise, versão 12c; Cadastro de usuários do sistema personalizados em grupos, com gerenciamento de permissões de acesso para o grupo e individual, mesmo que já estejam pré-definidas dentro de um grupo a que pertença; Cadastro de pessoas, personalizadas em grupos, com captura de foto por webcam, captura de biometria pelo módulo biométrico de mesa e leitura de cartão proximidade pelo módulo de mesa; Gerenciamento de acesso de pessoas e seus registros dos horários de entrada e saída em banco de dados; Controle de acesso offline: usuários e permissões de acesso gravados no hardware; Gerenciamento de usuários com chaves do tipo: biometria, cartão de proximidade RFID (padrão Acura frequência de operação de 125kHz, compatível com chip EM4002 e 3 protocolos de comunicação (serial, wiegand, ABA TRACK 2)) e senha. Configuração de zona de tempo, que determina a permissão de acesso de um usuário e/ou grupo; Bloqueio de acesso de pessoas ou grupos; Consulta de acesso em tempo real de pessoas no interior da Instituição; Relatórios gerenciais com possibilidade de selecionar campos específicos e ordenação; Notificação de falhas no sistema por e-mail ou SMS. Instalação e treinamento de usuários constando de: 8 horas, no mínimo, para área técnica do MPMS, para instalação e configuração do sistema e 8 horas, no mínimo, para usuários do sistema do MPMS, para utilização e operação do sistema. Manuais de usuário em versão web em português do Brasil. Manuais de instalação e configuração dos equipamentos em CD/DVD ou disponibilizados via download em português do Brasil. Instalação dos equipamentos nos locais pré-determinados pelo MPMS. Garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca: VELTI</p> <p>Empresa vencedora: TECNOPONTO TECNOLOGIA AVANÇADA EM CONTROLE DE PONTO DE ACESSO LTDA - EPP</p>	licença	3	2.450,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

DATA DE ASSINATURA: 19 de dezembro de 2017.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 001/2018/28ªPJ/CGR.**

A 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição na Rua da Paz, nº 134, Centro, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002810-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar denúncia de torturas sofridas por adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, ocorridas no mês de setembro de 2018, no interior da Unidade Educacional de Internação Masculina Dom Bosco, em Campo Grande/MS.

Campo Grande/MS, 05 de outubro de 2018.

VERA APARECIDA CARDOSO BORGALHO FROST VIEIRA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 005/2018.

A 50ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, esquina com a Rua Luís Freire Benchetrit, Bairro Cachoeira, nesta Cidade.

Inquérito Civil SAJMP n. 06.2018.00000910-6.

Requerente: Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária do Estado de Mato Grosso do Sul – SINSAP.

Requerido: AGEPEN/MS.

Assunto: Apurar a falta de efetivo de servidores no Centro Penal Agroindustrial da Gameleira – Semiaberto Masculino de Campo Grande/MS.

Campo Grande, MS, 08 de outubro de 2018.

RENATA RUTH FERNANDES GOYA MARINHO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 006/2018/PA.

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003302-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Águas Guariroba S/A.

Assunto: Fiscalização e acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos de Inquérito Civil n. 36/2015.

Campo Grande, 02 de outubro de 2018.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL N. 0045/2018/32PJ/CGR.

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2018.00002909-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande e Secretaria de Estado de Saúde.

Assunto: Aumentar o número de leitos psiquiátricos em hospitais públicos e conveniados ao SUS no Município de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 8 de outubro de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0075/2018/31PJ/CGR.

A 31.^a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Rua São Vicente de Paula, nº 180 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002477-3.

Requerente: Juízo do Juizado Especial da Fazenda Pública.

Requerido: J.B.

Assunto: Apurar possível ocorrência de crime contra o erário, decorrente de ausência de prestação de contas de J.B., nos autos do processo judicial nº 0808150-29.2016.8.12.0110.

Campo Grande/MS, 05 de outubro de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0076/2018/31PJ/CGR.

A 31.^a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Rua São Vicente de Paula, nº 180 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002478-4.

Requerente: Juízo do Juizado Especial da Fazenda Pública.

Requerido: E. L. M. D. C.

Assunto: Apurar possível ocorrência de crime contra o erário, decorrente da ausência da prestação de contas de E. L. M. D. C., nos autos do processo judicial nº 0805158-95.2016.8.12.0110.

Campo Grande/MS, 05 de outubro de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0077/2018/31PJ/CGR.

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Rua São Vicente de Paula, nº 180 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002580-6.

Requerente: Anônimo.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes da contratação, sem concurso público, de duas nutricionistas na vigilância sanitária do município.

Campo Grande/MS, 05 de outubro de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0013/2018/02PJ/CBA.

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003672-5.

Representante: Ministério Público Estadual.

Representado: Município de Corumbá.

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento das condicionantes da Licença Prévia nº 9/2016, que aprovou a viabilidade ambiental da área para a futura implantação da atividade de Aterro Sanitário para Resíduos Sólidos Urbanos e Domiciliares - Classe II-A (não perigosos e não inertes), que atenderá aos municípios de Corumbá e Ladário, anteriormente objeto do PA nº 04/2016.

Corumbá/MS, 28 de setembro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

EDITAL 0086/2018/05PJ/CBA.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00002911-3.

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2018.00002911-3, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Corumbá.

Assunto: Apurar suposta aplicação irregular, desvios e superfaturamento de recursos públicos aplicados na Usina de Beneficiamento de Leite, em Corumbá/MS decorrente da migração ao SAJ-MP do IC nº 039/2014 desta Promotoria.

Corumbá/MS, 08 de outubro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

DOURADOS**INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00001169-0**

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: JPC Incorporadora e Construtora LTDA.

Objeto: Apurar notícia indicativa de eventual irregularidade ambiental consistente na construção de valetas, em Área de Preservação Permanente pelo empreendimento investigado (objeto originário do Inquérito Civil 017/2013/PJDMA).

RECOMENDAÇÃO n. 0004/2018/11PJ/DOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007/PGJ dispõe em seu artigo 5º que *"a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social"*;

CONSIDERANDO que, o art. 44 da referida norma ainda estabelece que *"O órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover"*;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é *"instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis"* (Constituição Federal, artigo 127, *caput*), sendo-lhe dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos direitos difusos nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c. artigo 81, parágrafo único, incisos I a III, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sendo, ainda, sua função institucional zelar pelo efetivo respeito ao meio ambiente e proteção à coletividade (art. 1º, incisos I e IV, Lei n. 7.347/85);

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil tem como princípios da ordem econômica a função social ambiental da propriedade e a defesa do meio ambiente, dentre outros, nos termos do art. 170, incs. III e VI, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é direito de todos o acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo, nos moldes do art. 225 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 182 da Constituição da República *"A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes"*;

CONSIDERANDO que, o art. 30 da Constituição previu que *"Art. 30. Compete aos Municípios: [...] VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano"*;

CONSIDERANDO que, ao prever a necessidade de controle sobre o parcelamento do solo, a Constituição Federal fez alusão somente ao solo urbano, recepcionando a Lei Federal 6.766/1979, que, de igual forma, admite o parcelamento do solo para fins urbanos somente em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal (art. 3º);

CONSIDERANDO que, observada a competência federal e estadual para legislar sobre o direito urbanístico (art. 24, I, CF) o Município de Dourados limitou-se a disciplinar a realidade local de parcelamento do solo em terrenos urbanos,

tanto em seu Plano Diretor (Lei Complementar 72/2003), quanto na Lei Municipal n. 1041/79, nada dispondo sobre o parcelamento rural, até porque se o fizesse avançaria a competência legislativa definida pela Constituição da República;

CONSIDERANDO que *"O parcelamento do solo para fins urbanos, segundo a sistemática da Lei federal n. 6.766/79, só pode ser concretizado nas zonas urbanas ou de expansão urbana. Na zona rural, dada a luminar clareza desse dispositivo, nenhum terreno pode ser loteado ou desmembrado para fins urbanos, ou seja, para a implantação de novo núcleo residencial, comercial, industrial ou de lazer"*¹;

CONSIDERANDO que, quanto ao parcelamento de solo rural, o Estatuto da Terra (Lei 4504/64) dispõe: *"Artigo 65. O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural"*;

CONSIDERANDO que, em consulta ao Sistema Nacional de Cadastro Rural², observa-se que o módulo fiscal definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para o município de Dourados/MS é de 30 (trinta) hectares;

CONSIDERANDO que a Lei 8.868/72, em seu art. 8º, determina: *"Para fins de transmissão, a qualquer título, na forma do Art. 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior à do módulo calculado para o imóvel ou da fração mínima de parcelamento fixado no § 1º deste artigo, prevalecendo a de menor área"*;

CONSIDERANDO que o Decreto 62.504/68, que regulamenta o art. 65 do Estatuto da Terra, apenas previu o desmembramento do imóvel rural em parcela de área inferior à exigida, quando essa se destinar a obras de necessidade ou utilidade pública, obras de infra-estrutura ou atividades outras de interesse para as comunidades, que, evidentemente, não é o caso dos autos;

CONSIDERANDO ainda que o Decreto 59.428/66, que também regulamenta as disposições do Estatuto da Terra, em seu art. 96, condiciona a aprovação de projetos de loteamentos rurais, com vistas à urbanização, industrialização e formação de sítios de recreio, à execução em área que: *"I - Por suas características e pelo desenvolvimento da sede municipal já seja considerada urbana ou esteja incluída em planos de urbanização; II - Seja oficialmente declarada zona de turismo ou caracterizada como de estância hidromineral ou balneária; III - Comprovadamente tenha pedido suas características produtivas, tornando antieconômico o seu aproveitamento"*;

CONSIDERANDO que, tanto o Estatuto da Terra como seus decretos regulamentadores *"aportavam teratologias anteriores mesmo à Lei 6.766/1979, que passou a regular a temática dos loteamentos e desmembramentos com fito de urbanização e já, a nosso juízo, tacitamente os revogara nestes aspectos"*³;

CONSIDERANDO que o entendimento acima é o mesmo sedimentado atualmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que, em Nota Técnica INCRA/DF/DFC/n. 02/2016, considerou que, dentre outras legislações, a Lei Federal 6.766/79 *"derrogaram tacitamente as disposições do Decreto 59.428/66, ao regulamentarem de forma mais detalhada e técnica as matérias relativas à formação de núcleos urbanos"* (fl. 238);

CONSIDERANDO, todavia, que no bojo do inquérito civil em epígrafe, constatou-se que JPC Incorporadora e Construtora LTDA., com base em ofício de anuência do INCRA (fl. 165) deu andamento e iniciou a execução do projeto de parcelamento total de imóvel rural para fins de urbanização, com previsão de 108 lotes para área inferior a 30 (trinta) hectares;

CONSIDERANDO, entretanto, que a interpretação sistemática do ordenamento jurídico revela que a anuência fora equivocadamente expedida, pelos mais variados motivos, como os expostos acima, no sentido de que o parcelamento de solo para loteamento com fins urbanos apenas poderia se dar em perímetro urbano, e ainda porque não se enquadra nas hipóteses de descaracterização da área rural para urbana, vez que sequer estavam presentes os requisitos da então vigente IN 17-B/1966, diante da notória produtividade agrícola das áreas onde implantado;

¹ O Município e o Parcelamento do Solo, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1988, pág. 25.

² Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf

³ Consulta 118/2016 – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Consulta1182016versaosite.pdf>

CONSIDERANDO que o parcelamento do solo com fins urbanos depende da prévia inclusão da gleba respectiva no perímetro urbano e em zoneamento municipal compatível, vez que está em jogo, na prática, a faculdade de que o particular promova urbanização, com severos impactos na ordem urbanística, no meio ambiente e no patrimônio público;

CONSIDERANDO que esta é a orientação firmada pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Paraná⁴ assim ementada:

CONSULTA Nº 118/2016 EMENTA: FRACIONAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS ABAIXO DO MÓDULO MÍNIMO. VEDAÇÃO LEGAL DO ESTATUTO DA TERRA E DA LEI 5.868/1972. RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA 01/2016 DA [...] PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE [...] PARA COIBIR ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS CONTRÁRIOS À PROIBIÇÃO. ÚNICAS EXCEÇÕES: PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E USUCAPIÃO ESPECIAL (COM RESSALVAS). PRECEDENTES DO STF. ÔNUS PROBATÓRIO QUE RECAI SOBRE O INTERESSADO. ORIENTAÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ COM CAUTELAS E RESTRIÇÕES A SEREM OBSERVADAS PELOS OFICIAIS E TABELIÃES. NÃO CONTRADIÇÃO. PARTE IDEAL NÃO ADMISSÍVEL QUANDO CARACTERIZA, NA PRÁTICA, LOTE DETERMINADO. HIPÓTESES DOS DECRETOS 59.428/1966 E 62.504/1968 AFASTADAS. DIPLOMAS NÃO RECEPCIONADOS PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988. INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA 82/2015. PERÍMETRO URBANO COMO FATOR DEFINIDOR, PARA FINS DE PARCELAMENTO DO SOLO. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL: USO RACIONAL E ADEQUADO APROVEITAMENTO. ATUAÇÃO MINISTERIAL EM ÂMBITO DE REGISTROS PÚBLICOS QUE TEM NATUREZA ADMINISTRATIVA E NÃO IMPEDE FUTURO QUESTIONAMENTO. PRECEDENTES DO STJ. UNIFORMIZAÇÃO DE ENTENDIMENTO ESTADUAL E NACIONAL. DIRETRIZES DO CNMP. CAUTELAS ESPECIAIS COM EXPANSÃO PERIMETRAL E ALTERAÇÃO DO ZONEAMENTO OU PLANO DIRETOR, QUE DEVEM RESPEITAR O ART. 42-B DO ESTATUTO DA CIDADE (LEI 10.257/2001).

CONSIDERANDO que, conforme exigência do art. 23, II da Instrução Normativa INCRA 82/2015, o qual requer “*certidão de localização expedida pelo Município, atestando que o imóvel está inserido no perímetro urbano, com indicação do ato legislativo que o delimitou*” para que se proceda à descaracterização para fins urbanos de áreas constantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural, qualquer alteração de uso do solo rural para urbano (art. 53 da Lei 6.766/1979), inclusive o parcelamento abaixo do módulo, deve ser antecedida tanto de inclusão do imóvel no perímetro urbano quanto de baixa nos cadastros do INCRA;

CONSIDERANDO que, a já citada Nota Técnica INCRA/DF/DFC 02/2016, visa justamente ao esclarecimento da matéria, alinhando o entendimento intitucional no sentido de que “*a) todo parcelamento para fins urbanos deve ocorrer nas áreas adequadamente delimitadas pelo zoneamento municipal (...) (fl. 241);*

CONSIDERANDO que, nas conclusões e recomendações do mencionado documento, lê-se:

- a) somente é admitido o parcelamento, para fins urbanos, de imóvel localizado em zona urbana, zona de expansão urbana, zona de urbanização específica ou zona especial de interesse social, definidas pela legislação municipal, no contexto de adequado ordenamento territorial e eficiente execução da política urbana;*
- b) é vedado o parcelamento, para fins urbanos, de imóvel localizado fora das zonas referidas no item anterior, incluídos na vedação os empreendimentos destinados à formação de núcleos urbanos, sítios de recreio ou à industrialização, com base no item 3 da revogada Instrução 17-b/80; (...)*
- e) todos os procedimentos que porventura ainda estejam em curso nas superintendências Regionais, relacionados à industrialização ou à formação de núcleos urbanos e sítios de recreio, deverão ser encerrados, por ausência de substrato jurídico-normativo que lhes dê guarida (...);*
- f) todos os procedimentos que porventura estejam em curso nas Divisões de Ordenamento da Estrutura Fundiária, relacionados à aprovação de loteamento rural, deverão ser avaliados para verificar se efetivamente trata-se de projeto de colonização particular (...) (fl. 244);*

CONSIDERANDO que, de igual forma, a jurisprudência também reconhece a impossibilidade de loteamento em zona rural, para fins urbanos:

Ação Civil Pública - Loteamento em zona rural, para fins urbanos - Violação dos regramentos da Lei nº 6.766/79 - Subdivisão de lotes sem qualquer infraestrutura Lotes que superam o tamanho da fração mínima

⁴ IDEM.

de parcelamento rural e se situam, na maior parte, em área de risco e/ou de preservação permanente Inviabilidade de regularização da área com tratamento de zona rural Lotes alienados com nítida finalidade residencial Procedência que era de rigor - Sentença reformada Recursos parcialmente providos. (TJSP; Apelação 0007583-58.2009.8.26.0022; Relator(a): Moreira Viegas; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Privado, Data do Julgamento: 08/10/2014; Publicação: 08/10/2014)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Loteamento com finalidade urbana em área rural. Inadmissibilidade. MATÉRIA PRELIMINAR, rejeitada. MÉRITO. Prefeitura Municipal que permitiu a implantação de loteamento irregular, deixando de exercer seu poder de polícia administrativa. Sentença de procedência mantida. Preliminar rejeitada e recurso improvido. (TJSP; Apelação 9202875-88.2009.8.26.0000; Relator (a): Antonio Rulli; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro de Mogi das Cruzes - 1ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 05/05/2010; Data de Registro: 10/05/2010)

CONSIDERANDO que, de todo o exposto, os autos revelaram que não obstante a anuência do INCRA tenha se pautado em regramento tacitamente revogado pela lei 6.766/79 e toda a sistemática constitucional introduzida no ordenamento jurídico, a empresa investigada deu continuidade ao projeto de loteamento, obtendo licenciamento ambiental de instalação (fls. 341-346) e dando entrada em pedido de aprovação do loteamento junto às pastas municipais (fl. 318-320);

CONSIDERANDO, então, possível irregularidade nos processos de licenciamento ambiental n. 23.372/2017 e aprovação do loteamento n. 13.451/2013;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliação e eventual revisão de todo os processos administrativos em trâmite junto aos órgãos públicos, para garantia da observância aos mandamentos legais e constitucionais;

CONSIDERANDO estar sedimentado na doutrina e jurisprudência nacionais que o princípio da legalidade na seara administrativa *“implica subordinação completa do administrador à lei. Todos os agentes públicos, desde o que lhe ocupe a cúspide até o mais modesto deles, devem ser instrumentos de fiel e dócil realização das finalidades normativas”*⁵;

CONSIDERANDO que a constatação de irregularidades nos processos de licenciamento justifica a suspensão dos atos, para verificação de possível saneamento ou necessidade de efetiva anulação;

CONSIDERANDO que a teor da súmula n. 473, do Supremo Tribunal Federal, *“a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”*;

CONSIDERANDO que tal previsão foi inclusive positivada pelo art. 78 da Lei Orgânica do Município de Dourados, quando dispõe que *“A administração pública anulará os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, bem como os revogará por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados, neste caso, os direitos adquiridos, além de observado, em qualquer circunstância, o devido processo legal”*;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento deste subscritor que as vendas de lotes do empreendimento “Condomínio de Pesca Lago Dourado” já estão em andamento, o que pode implicar em ofensa aos direitos dos consumidores adquirentes;

RESOLVE, em defesa do meio ambiente, da ordem urbanística e do consumidor, e em observância ao princípio da legalidade, com objetivo de evitar o alastramento dos danos ambientais e urbanísticos RECOMENDAR, ao representante legal da empresa JPC Incorporadora e Construtora LTDA. que:

- 1) PARALISE, imediatamente, toda e qualquer obra e intervenção na área de implantação do loteamento rural “Condomínio de Pesca Lago Dourado”, instalado em parte da Fazenda São José, matrícula 96.337, zona rural, Dourados/MS, SUSPENDENDO TODOS OS ATOS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS LOTES, a fim de evitar prejuízo aos consumidores e ao meio ambiente local, até que encaminhados todos os documentos de licenciamento

⁵ Celso Antônio Bandeira de Melo, RDP nº 90, p. 57-58.

ambiental e de aprovação do loteamento, por parte dos órgãos públicos, e verificada a regularidade e legalidade das licenças, por parte do *Parquet*, a fim de esclarecer as questões controvertidas.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da presente, se a RECOMENDAÇÃO será acolhida pelo particular, sob pena de, não adotando as providências recomendadas, serem tomadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao meio ambiente, à ordem urbanística e ao consumidor, de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ, encaminhe-se cópia desta Recomendação para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 08 de outubro de 2018.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça em substituição legal

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 018-2018-1ªPJCA.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000214-6 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000214-6 – 1ªPJCA.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Vanja Maria Alves.

Objeto – apurar a regularidade da atividade de carvoejamento existente na Fazenda Paiaguás, de propriedade de Vanja Maria Alves, bem como averiguar a extensão do dano ambiental ocasionado em razão do incêndio proveniente desta carvoaria e que ocasionou a queima de 1.500 ha de vegetação nativa, pastagem e da reserva legal.

Aquidauana - MS, 27 de setembro de 2018.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA
1ª Promotora de Justiça

CAARAPÓ

EDITAL 0023/2018/02PJ/CRP.

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003712-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Associação Frei Eucário.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00002322-6.

Caarapó-MS, 05 de outubro de 2018.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 019/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2018.00003606-9, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2018.00003606-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Waldimiro José Cotrim Moreira.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: Waldimiro José Cotrim Moreira.

Costa Rica/MS, 8 de outubro de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

COXIM

EDITAL Nº 0122/2018/01PJ/CXM.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001099-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001099-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Alcínópolis-MS.

Assunto: Apurar o pagamento de adicional de produtividade em desconformidade com o que estabelece o art. 119 do Estatuto dos Servidores Públicos de Alcínópolis - Lei Complementar nº 001/2000.

Coxim/MS, 08 de outubro de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0123/2018/01PJ/CXM.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001196-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001196-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar as péssimas condições de conservação da Escola Estadual Silvio Ferreira, em Coxim-MS.

Coxim/MS, 08 de outubro de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0124/2018/01PJ/CXM.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001716-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001716-1.

Requerentes: Lucimeire Elias da Silva Ramos Barbosa, Valcide Batista dos Santos e Lucimar Barbosa de Oliveira.

Requerido: Marcos Ferreira Vaz.

Assunto: "Apurar o uso de verba indenizatória de gabinete, pelo Vereador Marquinhos Vaz, para pagamento de aluguel de imóvel que pertence a sua genitora Juraci Almeida Vaz".

Coxim/MS, 08 de outubro de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0125/2018/01PJ/CXM.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001741-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001741-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Alcínópolis-MS e Dalmy Crisóstomo da Silva.

Assunto: Apurar eventual omissão do gestor municipal em não proceder a integração do Município de Alcínópolis-MS ao Sistema Nacional de Trânsito conforme obrigação disposta no artigo 24 da Lei n. 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro.

Coxim/MS, 08 de outubro de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0126/2018/01PJ/CXM.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001757-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001757-2.

Requerente: Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar supostos impactos em Coxim quanto à ausência de servidores e viaturas no CIOPS em Campo Grande.

Coxim/MS, 08 de outubro de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0127/2018/01PJ/CXM.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001832-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001832-7.

Requerente: Conselho Regional de Medicina.

Requerido: Município de Coxim-MS.

Assunto: "Apurar as irregularidades no CAPS I de Coxim, apontadas no relatório de vistoria do Conselho Regional de Medicina nº 61/2018."

Coxim/MS, 08 de outubro de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0128/2018/01PJ/CXM.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002563-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002563-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coxim, Aluizio Cometki São José e Simone Beatriz (Secretária Municipal de Educação à época).

Assunto: "Apurar a prática de ato de improbidade administrativa em razão da deterioração do acervo da biblioteca municipal de Coxim, ocasionado pela administração pública municipal."

Coxim/MS, 08 de outubro de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0129/2018/01PJ/CXM.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001220-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal - IAGRO, Vigilância Sanitária de Coxim.

Assunto: IC 016/2014 migração para o SAJMP. "Apurar eventuais irregularidades na ausência de fiscalização de estabelecimento comercial pela IAGRO e pela vigilância sanitária no município de coxim, e possíveis atos de improbidade daí decorrentes. ".

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 016/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 08 de outubro de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

FÁTIMA DO SUL

INQUÉRITO CIVIL Nº 02/2015

Requerente: R.S. Bondezan - EPP

Requerido: Município de Vicentina

RECOMENDAÇÃO Nº 002/2018 - 1ªPJ-FSUL

Dispõe sobre o controle e fiscalização do uso de combustíveis pela frota municipal e dá outras providências.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul, através de seu órgão de execução abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no artigo 129, incisos II, VI e IX, c/c. artigo 27, parágrafo único da Lei 8.625/93 e artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, no âmbito do Inquérito Civil nº 02/2015, apresenta Recomendação nos termos seguintes:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “*caput*”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que foi instaurado o presente Inquérito Civil nº 02/2015, com intuito de apurar eventuais irregularidades praticadas durante o Processo Licitatório – Pregão Presencial n. 01/2015 – Processo Administrativo n. 011/2015 – realizado pelo Município de Vicentina, que caracterizam, em tese, atos de improbidade administrativa (ff. 02/03).

CONSIDERANDO que da análise dos autos não se verificou, a princípio, nenhuma irregularidade no procedimento licitatório em si, todavia, não tinha informações a respeito do controle da aquisição e do uso de combustíveis, o que está intimamente ligado à execução do contrato.

CONSIDERANDO que existem outros procedimentos em trâmite nesta Promotoria de Justiça acerca de aquisição de combustíveis pelos entes públicos (Municípios e Câmaras) abrangidos pela comarca de Fátima do Sul, em especial no que tange a falta de controle dos gastos com combustíveis.

CONSIDERANDO que, visando a uniformização da atuação deste órgão de execução ministerial em todos os casos que são análogos, torna-se necessária a elaboração de recomendação, para padronizar a fiscalização e dar maior transparência ao tema, facilitando a verificação de eventual fraude nas execuções dos contratos.

CONSIDERANDO que não constava informações sobre o método utilizado pelo Município de Vicentina para fiscalizar o controle da aquisição e do uso dos combustíveis adquiridos, o que era imprescindível para formalização da recomendação, razão pela qual foram requisitados tais documentos.

CONSIDERANDO que, em resposta, o Município informou que o controle de combustível é realizado por meio de requisições, mas estava sendo realizado um estudo para implantação do sistema.

CONSIDERANDO que esta forma gera falta de transparência e controle no consumo de combustível.

CONSIDERANDO que foi realizada audiência nesta Promotoria de Justiça no dia 21/08/2018, oportunidade em que a Procuradora Jurídico Municipal, Dra. Graciele Cristina Piveta sinalizou positivamente sobre a possibilidade de adequar o controle de aquisição e uso de combustíveis, através de sistema específico para este fim;

CONSIDERANDO que nos termos dos artigos 28 e 29 da Lei Complementar Estadual 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul): “Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito: (...) IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no art. 28 desta Lei, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito” (art. 29);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 75/1993 (Organização, Atribuições e Estatuto do Ministério Público da União) estabeleceu, em seu art. 6º, XX, caber ao Ministério Público da União expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, disposição esta que se estende ao Ministério Público dos Estados por força do art. 80 da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, § 1º, da Resolução 164/2017-CNMP, “A recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano”;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional cabe ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito, conforme art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a acentuada utilidade da recomendação para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público, sendo importante instrumento de redução da litigiosidade, e de ampliação do acesso à justiça em sua visão contemporânea;

CONSIDERANDO a atuação do Ministério Público em relação à expedição de recomendações, no exercício do dever de ofício, como medida de garantia da sociedade e legítimo mecanismo de promoção dos direitos fundamentais individuais e coletivos, sem prejuízo da preservação da independência funcional assegurada constitucionalmente a seus membros;

CONSIDERANDO ser a recomendação instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas;

CONSIDERANDO que a improbidade administrativa pode ser caracterizada por condutas comissivas ou omissivas, inclusive por parte de quem tenha dever de fiscalizar (GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 379);

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei (art. 10, *caput*, da Lei de Improbidade Administrativa);

CONSIDERANDO que a falta de controle na aquisição e no uso de combustíveis pelo Município de Vicentina/MS, pode gerar desvios e, com isso, causar prejuízos ao erário público, o que caracteriza ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que, a seu turno, o artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa prevê que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, motivo pelo qual, mesmo sem a comprovação efetiva de desvio de combustíveis, a falta de controle efetivo do uso destes pode configurar ato de improbidade administrativa, mormente se houver gastos excessivos com a aquisição de combustíveis;

CONSIDERANDO que, a respeito do tema, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim se posicionou:

APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ALEGAÇÃO DE QUE O DEMANDADO, NA CONDIÇÃO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA, AUTORIZOU, NO EXERCÍCIO DE 2012, GASTOS EXCESSIVOS COM COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAL, SEM QUALQUER MECANISMO RÍGIDO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO. PRETENSA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS REGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTIGO 11 DA LEI Nº 8.429/1992). AGRAVO RETIDO. 1. Aplicabilidade da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) aos agentes políticos. Do alcance do artigo 37, § 4º, da Constituição Federal não escapam quaisquer agentes públicos, à exceção do Presidente da República. Precedentes do STJ e desta Câmara de Direito Público. 2. Competência do juízo de primeiro grau para julgar ação de improbidade manejada contra prefeito, detentor de prerrogativa de foro. Além de já estar cristalizado na jurisprudência dos tribunais superiores o entendimento de que o artigo 29, inciso X, da CF é aplicável tão somente na seara criminal, a Lei nº 10.628/2002, que acrescentou o § 2º do artigo 84 do CPP, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal a partir de 15.09.2005, em controle concentrado (ADIN 2.797-2 e ADIN 2.860-0). **MÉRITO. Falta de controle periódico e de registro individual dos gastos com abastecimento dos veículos da frota municipal no exercício de 2012 comprovada nos autos. Fato constatado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Marabá Paulista, tocantes ao exercício de 2012. Falta de transparência dos gastos públicos que ressalta da prova testemunhal produzida em juízo.** Réu que se limitou a defender a regularidade dos gastos com combustíveis para abastecimento da frota municipal de automóveis, tendo impugnando genericamente as alegações tecidas na inicial, **mas não trouxe aos autos qualquer documento apto a retratar, com o mínimo de segurança, o verdadeiro consumo, a extensão dos gastos, de maneira individualizada, e a real necessidade de abastecimento dos veículos, prova singela a ele plenamente acessível. Quadro de descontrole e de falta de planejamento e de transparência no que toca aos gastos públicos com combustíveis para abastecimento da frota municipal. Dever de transparência, consectário do princípio da publicidade (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal), que vincula a Administração Pública e está no centro do bom funcionamento do Estado Democrático de Direito. Na medida em que não restou especificamente demonstrado dano preciso e concreto aos cofres municipais (ou seja, não se demonstrou que o combustível adquirido não se reverteu ao Poder Público municipal), é de se concluir que a conduta do réu se amolda à residual tipologia do artigo 11, *caput*, da Lei de Improbidade Administrativa.** Réu que agiu com má-fé no trato com a coisa pública e no dispêndio do dinheiro público, animado pelo dolo de lesar, de forma consciente e voluntária, os princípios aplicáveis à Administração Pública (o da publicidade à frente). Ato de improbidade configurado. Sanções não impugnadas especificamente no apelo e que, de toda sorte, se coadunam com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Agravo retido e apelação desprovidos. (TJSP; APL 0005086-36.2015.8.26.0483; Ac. 10462565; Presidente Venceslau; Primeira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Marcos Pimentel Tamassia; Julg. 23/05/2017; DJESP 06/06/2017; Pág. 2148). Grifou-se.

CONSIDERANDO que sobre o caso, é pertinente a lição de Silvio Marques:

“O agente público pode permitir que outrem enriqueça ilicitamente tolerando ou permitindo práticas contrárias ao órgão ou entidade pública (por exemplo, autorizando que um contrato não seja completamente cumprido). Ele também pode facilitar o enriquecimento de terceiro reduzindo indevidamente as dificuldades (por exemplo, para que o terceiro cumpra um contrato). Por fim, o agente público propicia o enriquecimento ilícito de terceiro, por concurso, se contribuir para que este efetivamente obtenha vantagens ou deixe de gastar seus próprios recursos, em detrimento do erário (por exemplo, pagando despesas pessoais). É importante notar que o enriquecimento ilícito pode se dar pela transferência de bens ou pelo pagamento ou uso indevido de recursos públicos, caso em que o terceiro deixa de gastar seus próprios recursos⁶”.

CONSIDERANDO que é obrigação do agente público responsável pelo abastecimento de veículos anotar no processo de liquidação da despesa “o número da placa e quilometragem registrada no hodômetro, sempre que se trate de despesa relativa a consumo de combustíveis e lubrificantes, a reposição de peças e a consertos de veículos”, nos termos do art. 15, §2º, III, da Resolução 22/2011, ratificado pelo art. 16, §2º, III, da Resolução 04/2013, todas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

CONSIDERANDO que esta obrigação visa registrar o real consumo dos veículos da administração pública, a fim de que os cofres públicos não arquem com consumo desproporcional aos veículos existentes no órgão administrativo.

CONSIDERANDO que o descumprimento desse dever também pode (a depender das demais provas existentes nos autos) levar à consumação do ato de improbidade descrito no art. 10, XI, da Lei 8.429/92.

CONSIDERANDO a necessidade de sanar a falta de transparência sobre o efetivo controle do uso de combustíveis pela frota do Município Vicentina/MS;

CONSIDERANDO, por fim, que o Tribunal Contas Estadual ao proferir decisão simples nos autos TC/MS 1862/2009, Inspeção Ordinária 38/2008, decidiu determinar ao atual ordenador de despesas para que passe a conservar, para controle e fiscalização, as requisições de abastecimento de combustíveis, bem como para que tome medidas de implantar controle adequado da frota sobre abastecimentos, manutenções e outros;

Resolve, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 3º da Resolução n.º 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Vicentina/MS, o que segue:

Art. 1º. Aprimore o sistema de controle interno, no setor de frotas do Município, implementando medidas corretivas, a fim de corrigir as falhas identificadas e minimizar as possibilidades de desvio de recursos públicos, adotando providências como fazer cópia ou digitalização dos cupons fiscais de abastecimento para evitar que os dados neles constantes desapareçam com o decorrer do tempo;

Art. 2º. Instrua o processo de despesas com todos os documentos necessários à comprovação do bom uso dos recursos públicos (requisição, notas e cupons fiscais, etc.);

Art. 3º. Determine a realização do controle dos abastecimentos e dos horários de entrada e de saída dos veículos em manutenção, no Diário de Bordo dos veículos, no qual também tem que constar a data, quilometragem inicial da partida, horário da partida, quilometragem da chegada, horário da chegada, destino, objetivo da viagem, trajeto, assinatura do motorista e assinatura do responsável pelo setor;

Art. 4º Adote medidas de responsabilização dos motoristas por deficiências no preenchimento do Diário de Bordo, do responsável pelo setor, assim como do responsável pelo preenchimento de informações junto ao sistema informatizado;

⁶ MARQUES, Silvio Antônio. *Improbidade Administrativa: ação civil e cooperação jurídica internacional*. São Paulo: Saraiva, 2010. pp. 106-107.

Art. 5º Proceda ao controle eficiente de consumo de combustível, expondo de forma detalhada a placa do veículo, nome do motorista, data do abastecimento, o posto de combustível, o hodômetro anterior, o hodômetro atual, os quilômetros rodados e a quantidade de litros abastecidos, além dos outros campos eventualmente existentes em sistema informatizado contratado pelo Município;

Art. 6º No âmbito da Controladoria Interna do Município, que esta, no uso de suas atribuições legais, edite ato interno, o qual deve dispor sobre os procedimentos gerais para o gerenciamento e controle da frota de máquinas, caminhões, veículos e equipamentos em geral e do consumo de combustível por estes, bem como implemente rotina de controle e averiguação do efetivo cumprimento por parte dos servidores.

Art. 7º Disponibilização de servidores públicos efetivos para efetivar o controle do consumo de combustível nos sistemas, bem como a orientação a todos os motoristas ou servidores que utilizam os veículos sobre os procedimentos necessários para o efetivo controle

Art. 8º Apresente resposta por escrito à presente Recomendação, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o posicionamento a ser adotado frente ao seu conteúdo, bem como no prazo de 60 (sessenta) dias para comprovação do cumprimento integral das recomendações;

Art. 9º. Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público:

- Ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Vicentina/MS, para fins de conhecimento;
- Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- À Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, para ciência;
- Ao Prefeito Municipal de Jateí para ciência e tomada de providências que entender cabíveis, em atenção ao princípio da isonomia e a imprescindível segurança jurídica e uniformidade de atuação.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Fátima do Sul/MS, 05 de outubro de 2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Promotor de Justiça

NOVA ANDRADINA

EDITAL.

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002921-3.

Requerente: Ministério Público.

Requeridos: Manoel Claudemiro Brandão, Laercio Cavalcante Brandão, Sidmar Santana da Cruz e Eudis Lacerda Brandão.

Assunto: Apurar o dano ambiental causado pela supressão de vegetação sem a devida autorização ambiental no lote n. 140, localizado no assentamento São João, em Nova Andradina/MS.

Nova Andradina, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ
Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL Nº 008/2018/1ªPJS.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002918-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Sidrolândia.

Assunto: Apurar denúncia de dano ao erário relativo à Licitação nº 001169/2017, conforme manifestação da Ouvidoria MPMS nº 11.2018.00003089-6.

Sidrolândia/MS, 09 de outubro de 2018.

DANIELE BORGHETTI ZAMPIERI DE OLIVEIRA

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0052/2018/PJ/DPS.

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00002760-4.

Noticiante: Ministério Público Estadual.

Interessado: A apurar.

Assunto: Apurar eventual irregularidade ocorrida nos contratos administrativos 2015050000/2015 e nº 2015047400/2015 da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS, conforme noticiado pela Manifestação nº 11.2018.00002440-6 encaminhada pela Ouvidoria do MPMS.

Deodápolis/MS, 27 de setembro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0058/2018/PJ/DPS.

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00002792-6.

Noticiante: Anônimo.

Interessado: Município de Deodápolis/MS.

Assunto: Apurar eventual cobrança de taxa para utilização da quadra do poliesportivo São José, em Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 08 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça